



REFLEXÕES ACERCA DOS ENFRENTAMENTOS E RESISTÊNCIAS DOS CAMPONESES ASSENTADOS A PARTIR DA REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - BA

Aline dos Santos Lima¹

Valdiane Souza de Argolo²

Herlei Nascimento dos Santos³

TRABALHO ACADÊMICO (X)

RELATO DE EXPERIÊNCIA ()

INTRODUÇÃO

O processo de formação do Brasil conformou uma estrutura da propriedade da terra fortemente concentrada no campo (Prado Junior, 1978; Martins, 1980; Germani, 2010). Assim, para analisar a Questão Agrária é preciso compreender que ela possui várias dimensões, mas a centralidade dela é a dimensão territorial e se constitui como resultado de uma questão territorial, podendo ser compreendida a partir da apropriação privada dos bens da natureza por parcelas da sociedade e materializada na forma de apropriação da terra (Germani, 2010).

Na esteira da resistência histórica, os grupos sociais destituídos do acesso à terra seguem em luta para acessar os bens da natureza que lhes permita uma relativa autonomia. A evolução dos movimentos e a forma cada vez mais organizada com que se estruturam politicamente têm servido ao enfrentamento e reivindicação dos seus direitos (Germani, 2006). Como materialização dessa luta, tem-se o acampamento como primeiro momento no processo de reivindicação, sendo uma estratégia criada pelos movimentos organizados para pressionar a formalização da desapropriação do imóvel (Germani, 2001). Uma forma de reivindicar esse direito negado é tencionar pela efetivação da Reforma Agrária popular no país. Neste bojo,

A situação presente é diferente. O latifúndio - causa das causas do fluxo migratório - tange as populações rurais do seu domínio ou lhes impõe que permaneçam em áreas minúsculas, (minifúndios⁴). Não existe mais nenhuma forma de fazer com

¹ Professora EBTT - IF Baiano, *Campus* Santa Inês.

² Mestranda - POSGEO/UFBA. Integrante do NEQA - IF Baiano/CNPq e GeografAR/UFBA.

³ Discente da Licenciatura em Geografia - IF Baiano, *Campus* Santa Inês. Membro do NEQA - IF Baiano/CNPq.

⁴ Cabe mencionar a classificação dos imóveis rurais com base no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No que tange ao tamanho da área, o órgão define os imóveis, a saber: minifúndios são aqueles em que a área



que o meio urbano absorva qualquer excedente populacional. Surge, então, a novidade maior e emblemática do quadro da desesperança, apatia e abatimento da família rural brasileira. Surge o acampamento. Instala-se o paroxismo (Ribeiro, 1987, p. 29).

Nessa mesma seara, observa-se a constituição dos assentamentos, enquanto estratégia de luta pela conquista e permanência na terra. Assim, entendemos que a Reforma Agrária é uma política que, apesar das limitações, possibilita a “democratização do acesso à terra, o que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do meio rural, a fixação do homem no campo e a produção de alimentos saudáveis” (Santos *et. al.*, 2022, p. 85). Neste sentido, a Reforma Agrária é compreendida como o

[...] programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os latifúndios, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral (Stedile, 2012, p. 659).

Apesar de sua orientação neste sentido, no Brasil, ainda não houve uma Reforma Agrária massiva, que possa assegurar, conforme previsto no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA II)⁵, uma distribuição de terras efetiva, cumprindo a função social deste bem. Conforme assegura Nelson de Figueiredo Ribeiro⁶ em “Caminhada e esperança da Reforma Agrária”, a Reforma Agrária Brasileira, pautada pelo governo no papel, é aquela que diz respeito ao modelo integral, “caracterizada pela oferta não apenas da terra, mas também de condições para o seu uso ou exploração, [...] incluídos o crédito especializado, a assistência técnica, o apoio à comercialização, etc.” (Ribeiro, 1987, p. 89).

Em contrapartida, o mesmo autor discute a omissão que o Estado desempenhou e mantém frente à Questão Agrária neste país, tendo em vista “o instituto das sesmarias que alicerçou uma estrutura social desequilibrada, amparou-se, sobremaneira, no descaso e omissão do Estado”

estão abaixo da Fração Mínima de Parcelamento (FMP); pequena propriedade é o imóvel com registro de área entre a FMP e quatro módulos fiscais; a média propriedade possui área superior a quatro módulos fiscais e com até quinze módulos fiscais; e, por fim, a grande propriedade configura-se como o imóvel rural acima de quinze módulos fiscais. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>. Acesso em 09 nov. 2024.

⁵ O segundo Plano Nacional de Reforma Agrária foi apresentado no governo Lula em 2003, estipulando metas a serem cumpridas no decorrer de quatro anos, onde “busca retomar a trajetória anunciada pelo I Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado em 1985 como uma das expressões do projeto de redemocratização do país” (BRASIL, 2003).

⁶ Ocupou o cargo como Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário no governo José Sarney, de 30 de abril de 1985 a 28 de maio de 1986.



(Ribeiro, 1987, p. 89). Neste sentido, Bernardo Mançano Fernandes ao tratar em seu artigo sobre “Conflitualidades, Reforma Agrária e desenvolvimento”, publicado na Revista Campo-Território, reitera como “temos uma Reforma Agrária extremamente conservadora no Brasil, porque ela não desconcentrou a estrutura fundiária, o Índice de Gini continua alto” (Fernandes, 2014, p. 8). Na luta pela transformação desta realidade, os movimentos fazem o enfrentamento a estas questões.

Tais grupos sociais que pleiteiam a terra são muito bem descritos por Ariovaldo Umbelino de Oliveira em seu texto “A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária”, publicado na Revista Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP). Para o autor,

[...] os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas (Oliveira, 2001, p. 189).

Para além disso, é na forma espacial do assentamento que camponeses assentados produzem parte do alimento que abastece a mesa das famílias brasileiras. É por isso que a lógica do camponês assentado está pautada, sobretudo, por uma “visão de inclusão social” (Maluf, 2004 *apud* Santos; Feitosa; Freddo, 2022, p. 92).

O modo de vida camponês se constitui pelo processo constante de luta pela/na terra, buscando permanecer no trabalho de lida com ela, pois, ainda que seja expulso dela pelo proprietário ou pelo latifúndio mantém esse vínculo, mesmo que haja necessidade de se deslocar de sua região para outra, o que também é uma marca da história do campesinato (Oliveira, 2001).

Neste contexto,, o trabalho em tela figura como parte dos resultados do projeto de pesquisa “Geografando a luta pela/na terra em projetos de assentamento de Reforma Agrária no município de Santa Inês - BA⁷”. O recorte espacial e empírico da pesquisa que propõe discutir a temática do campesinato assentado é o município de Santa Inês, localizado no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá e, majoritariamente concentrado no Centro Sul Baiano (SEPLAN, 2021). Este Território de Identidade é formado por um conjunto de 20 municípios, quais sejam: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho,

⁷Projeto de pesquisa submetido e aprovado no âmbito do IF Baiano, por meio da seleção de propostas para concessão de bolsas de iniciação científica para discentes de Graduação (PIBIC/IF BAIANO) - Edital nº 40, de 13 de março de 2025, com fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (SEPLAN, 2019).

Frente a esta realidade, observa-se a constituição dos assentamentos em Santa Inês como indícios das lutas travadas pelos distintos grupos sociais pelo acesso e permanência na terra. O município possui três Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária abarcando uma área de 3.483,52 hectares com capacidade para 123 famílias (Lima, *et. al.*, 2023). São eles: Assentamento Itatiaia, Rancho Alegre e São Paulo. Além disso, existe um quarto PA, chamado de Jequiriçá, cujo vínculo identitário com Santa Inês é fortíssimo, embora esteja legalmente regularizado como pertencente ao município de Ubaíra. Para além disso, a área territorial do PA encontra-se majoritariamente concentrada no território do município de Santa Inês. Por este motivo, vamos considerá-lo como parte das pesquisas referentes ao município de Santa Inês (BA).

Conforme é possível analisar através do Quadro 1, os quatro Assentamentos abarcam uma área de 4.592,16 hectares com capacidade para 184 famílias. A leitura dos processos⁸ do INCRA referente aos PA permite elencar informações básicas para uma aproximação das áreas dos processos de sua constituição.

Quadro 1 – Santa Inês (BA): Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (2003-2005)

Município	Projeto de Assentamento	Nome popular	Nome Associação	Área (ha)	Capacidade de famílias	Ano de criação
Santa Inês (BA)	Itatiaia	Imbé	Associação Padre Dornival Souza Santos	991,04	39	2004
Ubaíra (BA)	Jequiriçá	Corante e Cominho	Associação Natur de Assis	1.108,64	61	2005
Santa Inês (BA)	Rancho Alegre	Bela Mira	Associação Marisa Lula	1.763,55	60	2005
Santa Inês (BA)	São Paulo	São Paulinho	Associação Hermes de Caires	728,93	24	2005
Total: 4	-	-	-	4592,16	184	-

Fonte: LIMA *et. al.*, (2023, p. 348).
Elaboração: Valdiane Souza de Argolo.

⁸ Através da Lei nº. 12.527 de 18/11/2011, que regula o acesso à informação no país, os processos de desapropriação podem ser acessados. Os processos foram acessados, em 1 de abril de 2019, após solicitação do NEQA-IF Baiano/CNPq à Superintendência Regional do INCRA da Bahia.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

De acordo com o Censo Populacional, de 2022, Santa Inês possuía 10.300 habitantes, sendo que 9.071 pessoas vivem na cidade (88,06%) e 1.229 vivem no campo (11,94%). O Censo 2022 aponta uma redução de 0,71% na população total do município, se comparado ao período anterior e um aumento de 3,94% de pessoas ocupando o campo de Santa Inês (IBGE, 2022). Estes dados suscitaram indagações e guiaram a problemática com relação à expressão do campo no município de Santa Inês, considerando que este concentra quase a totalidade de sua população no espaço urbano.

Desta forma, o objetivo deste, é explicitar os resultados parciais acerca do projeto que se propõe a analisar o processo de formação socioterritorial dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do município de Santa Inês, pautando-se nas estratégias de enfrentamento e resistência para a manutenção do modo de vida camponês.

Para tanto, propomos realizar estudo exploratório-descritivo com base no levantamento e sistematização de dados quali-quantitativos a partir de quatro etapas, a saber: 1) seleção/revisão de referenciais teóricos; 2) levantamento e análise documental; 3) levantamento de dados secundários; 4) trabalho de campo para compreensão sobre a materialização do modo de vida camponês na comunidade assentada.

A aproximação com esta realidade permitiu identificar a necessidade de intervenções/ações, que visem discutir/refletir sobre os dilemas que perpassam a luta pela/na terra e a necessidade de tencionar a manutenção da identidade dos assentados do município de Santa Inês-BA, por meio de suas “histórias de vida” e constituição de um fazer do/no campo.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos serão orientados por uma abordagem materialista histórico-dialética. Esta é pautada, sobretudo, na análise e estudo dos fenômenos a partir de seu contexto histórico, enquanto fatores determinantes nas relações sociais e material dos indivíduos (Quaini, 1979). Compreendendo as ramificações existentes dentro da ciência geográfica, a pesquisa insere-se no campo de estudo da geografia (Agrária), possuindo como método principal a análise e reconstrução histórica, a partir dos estudos da paisagem, bem como, dos aspectos econômicos existentes (Megale, 2011).

Desta forma, propõe-se realizar o processo de pesquisa através de estudo exploratório-descritivo acerca da temática. Segundo Maria Margarida de Andrade, a pesquisa de



cunho exploratório, remete ao desenvolvimento de investigação científica onde “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador” (Andrade, 2010, p. 112). Desta forma, a execução da proposta de pesquisa ocorrerá em quatro frentes que se desdobrarão em atividades interdependentes.

Para tanto, seus procedimentos serão pautados a partir do levantamento e sistematização de dados quali-quantitativos, quais sejam: a) seleção e leitura de referenciais teóricos, que dialoguem sobre o estudo das questões concernentes à temática da pesquisa, a saber: Questão Agrária, Reforma Agrária e campesinato assentado; b) Levantamento de dados/informações sobre a criação/funcionamento de assentamentos de reforma agrária no país/estado/município por meio das base de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Projeto GeografAR/POSGEO/UFBA/CNPq; Secretaria de Agricultura do Município de Santa Inês e Secretaria de Educação do Município de Santa Inês; e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Santa Inês. Além disso, será feita a leitura e análise das leis e processos que regulamentaram a desapropriação dos imóveis para fins de Reforma Agrária através de levantamento feito no INCRA; c) Realização de trabalho de campo nos Projetos de Assentamentos do município de Santa Inês com o propósito de conversar com as lideranças/assentados para apresentar a proposta de pesquisa, fotografar e georreferenciar as principais formas espaciais, bem como, a realização de oficina para identificar/levantar informações sobre a formação do assentamento e marcos da comunidade assentada por meio de mapeamento participativo com a comunidade e desenvolvimento de entrevista semiestruturada/gravada.

O resultado deste processo de pesquisa subsidiará a construção de mapas, cartilhas e banners a serem socializados com a comunidade assentada e nas escolas de educação básica do município de Santa Inês.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do processo de pesquisa documental e levantamento de dados secundários, foi possível aferir que os primeiros deslocamentos para a região do Vale do Jiquiriçá estiveram relacionados com a busca pela exploração do Pau Brasil (Almeida (2008). Com base na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958), compreendeu-se que a ocupação efetiva da região com a formação de povoados se deu a partir da divisão e distribuição das terras em sesmarias.



Outros registros apontam que “É sob a lógica do modelo agroexportador com extrema interligação com o Recôncavo que irão ocorrer os principais episódios de ocupação e formação da identidade regional no Vale” (CODETER, 2017, p. 18).

Ainda sobre este processo, e com base nas pesquisas, é possível afirmar que a ocupação e evolução do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, onde está inserido o município de Santa Inês, estão intrinsecamente relacionadas às necessidades econômicas internas e externas (Almeida, 2008; IBGE, 1958; CODETER, 2017), e por isso, concorda-se que

A evolução econômica do Vale do Jiquiriçá está diretamente relacionada com as necessidades estabelecidas pelo Recôncavo canavieiro e fumageiro, seguindo as diretrizes do mercado interno e externo. Dentro dessa lógica, a interiorização da ocupação do espaço baiano chegou até esta localidade. [...] cabe citar também as suas condições favoráveis à prática agropecuária. Assim, o Vale passou a integrar a economia do Recôncavo Tradicional como fornecedor de produtos alimentares e também de produtos exportáveis como a cana-de-açúcar e depois o fumo, mas foi o cultivo de café que exerceu maior influência nesse espaço (Almeida, 2008, p. 51).

Outro destaque, posterior, é a chegada da Estrada de Ferro de Nazaré, pois facilitou a circulação de mercadorias, por meio do escoamento da produção e movimentação de pessoas, contribuindo para o desenvolvimento da região (Almeida, 2008). Além destes fatores, destaca-se a influência da imigração na constituição do Vale do Jiquiriçá, onde de acordo com informações da CODETER,

[...] diversos imigrantes que se instalaram na região trazendo a tecnologia inovadora, o “plantation”, com o café nas partes altas e topos de morros e fumo, o resultado foi o aquecimento da economia do Vale do Jiquiriçá, tendo em vista a elevada produtividade e a possibilidade de ganhos destas novas atividades agrícolas. O café tornou-se o principal produto da região. Paralelamente a consolidação da economia cafeeira, nas regiões mais úmidas foram sendo ocupadas pelo cultivo da cana-de-açúcar e do fumo, mais voltados para o abastecimento do mercado interno do que realmente para a exportação. Boa parte dos canaviais era voltada para a produção de rapadura e aguardente, que atendiam à demanda regional. Onde predominava o clima semiárido, observava-se o desenvolvimento da agricultura (farinha, milho e feijão) e da pecuária. Ambas voltadas para o abastecimento da de Salvador e o Recôncavo baiano (CODETER, 2017, p. 18).

Ainda sobre os movimentos de imigração em 1950, “dois movimentos são determinantes na configuração do território do Jiquiriçá, o processo de migração e formação de colônias de italianos em Jaguaquara, Itiruçu e Maracás e nos municípios mais úmidos a implantação de lavouras de



cacau” (CODETER, 2017, p. 20), sendo responsável por injetar movimento a economia destes municípios com a “solidificação dos movimentos internos de ocupação, da região mais alta da bacia hidrográfica do Jiquiriçá, cujos produtos além de atender ao consumo interno e externo, do território, atraíam uma grande quantidade de mão-de-obra” (CODETER, 2017, p. 20). Com base nos estudos, isto ocorre, principalmente, pelo desenvolvimento da produção de hortifrutigranjeiros, aquecendo a economia da época (CODETER, 2017; Santos, 2008).

As pesquisas realizadas dão conta que o Vale do Jiquiriçá reúne uma população de 292.944 habitantes (IBGE, 2022), sendo que 58% habitam no espaço urbano e 42% permanecem no espaço rural, conforme o Censo Populacional de 2010 (percentual ainda não divulgado no último Censo). Tomando como referência o Censo Agropecuário 2017, pode-se afirmar que parte desses sujeitos vive e/ou trabalha em um dos 29.864 estabelecimentos rurais da região.

De acordo com os resultados do projeto de pesquisa “Geografando o uso de agrotóxicos no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá”, Lima aponta que esses homens e mulheres realizam suas condições materiais de existência a partir da produção agrícola de banana, cacau, café, coco, laranja, limão, manga, maracujá, sisal, uva (lavouras permanentes) e abacaxi, amendoim, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mamona, mandioca, milho, tomate (lavouras temporárias) – corresponde as principais lavouras cultivadas no Vale do Jiquiriçá, ao longo da série histórica 1988-2018, tomando como base a média anual por área colhida (lavouras permanentes) e a média anual por área plantada (lavouras temporárias) (Lima, 2019).

No que tange as atividades econômicas, é possível destacar ainda que, atualmente baseiam-se,

na pecuária, principalmente com criação de bovino. A agricultura está voltada para o cultivo do cacau e uma variada fruticultura, que dão suporte às belíssimas paisagens, morros, vales, cachoeiras e rios, os quais têm atraído diversas famílias ao turismo ecológico (CODETER, 2017, p. 21).

Os dados da “Participação da agricultura familiar na Bahia e nos territórios de identidade”, divulgados no ano de 2021, dão conta de que o Vale do Jiquiriçá é o quinto território no cenário baiano com maior participação da agricultura familiar para o registro do ano de 2018. O referido Território participava com 63% da produção voltada para o desenvolvimento das atividades agrícolas na Bahia naquele ano (SEI, 2021).



Para além disso, “explorações degradadoras forma implantadas no território, a exemplo da mineração, em Maracás com a exploração do Vanádio e em Jaguaquara com a bauxita” (CODETER, 2017, p. 28).

Em relação ao contexto de formação territorial de Santa Inês, conforme elucidada a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, a primeira visita ao território que hoje corresponde ao citado ente administrativo foi feita por dois genros de Francisco de Sousa Feio. Estes homens que residiam, inicialmente, em uma propriedade localizada em Areia (Ubaíra), passaram a explorar as imediações fixando residência onde originou-se a atual Santa Inês (IBGE, 1958). Posteriormente, devido a uma seca prolongada de cerca de três anos, os genros de Francisco de Sousa Feio – Pedro da Costa Avelar e Vicente Ferreira de Sousa – abandonaram o arraial, dando espaço a Luís Teófilo Rodrigues que comprou uma longa faixa de terras incluindo o local do antigo povoado, onde construiu algumas casas de telha e ampliou a antiga capela de Santa Inês, favorecendo o surgimento do arraial (IBGE, 1958, p. 277).

Ainda de acordo com a Enciclopédia organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

O distrito de Santa Inês foi criado pela Lei estadual n.º 251, de 17 de junho de 1898, figurando nos quadros de apuração do Recenseamento de 1920 subordinado ao município de Areia. Por força da Lei estadual nº 1714, de 22 de julho de 1924, foi criado o município de Santa Inês, ocorrendo sua instalação a 26 de outubro do mesmo ano. A sede recebeu foros de cidade pela Lei estadual n.º 1944, de 18 de maio de 1927 (IBGE, 1958, p. 277).

Identificou-se na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros os primeiros registros sobre as atividades econômicas desenvolvidas em Santa Inês. As informações, que remete a década de 1950, apontam que, naquele período, pouco mais de 36% da população ativa realizavam algum tipo de atividade vinculada à agricultura, pecuária e silvicultura, destacando-se dentre estas, o segmento agrícola, com a produção do café (IBGE, 1958). Dado as condições históricas, sociais e econômicas da formação territorial do Brasil-Bahia-Vale, deduz-se que a lavoura de café, principal atividade econômica da época, ocupava grandes propriedades de terras, seja em Santa Inês, como também em outros municípios do Vale do Jiquiriçá.

Além do café, na Santa Inês dos anos 1950, desenvolvia-se o cultivo de outros produtos, tais como: cacau, feijão, fumo, mamona, mandioca, milho e sisal. Com relação ao setor pecuário, o referido município se destacava pela criação de gado em pequena escala. Além dessas atividades



econômicas, havia o beneficiamento do café e o desfibramento do sisal nas indústrias locais (IBGE, 1958).

Essas atividades econômicas, portanto, proporcionavam a geração de trabalho e renda para a população santinense que se concentrava, majoritariamente, no campo entre 1940-1960 (Quadro 2). Como Santa Inês foi desmembrada de Areia/Ubaíra, na década de 1920 (IBGE, 1958), o Censo Populacional sobre aquele município só passa a ser contabilizado a partir de 1940. Entre 1940-1960, Santa Inês tem uma população “estável”. Com o desmembramento de Cravolândia e de Irajuba, na década de 1960, nota-se a perda de mais de 70% da população de Santa Inês entre 1960-1970.

Quadro 2 – Santa Inês-BA: população na série histórica 1940-2010

Período	Evolução (%)	População total	Urbana N°	Urbana %	Rura l N°	Rural %
1940	--	17.983	3.677	20	14.306	80
1950	+39,92	25.162	4.603	18	20.559	82
1960	-12	22.144	6.241	28	15.903	72
1970	-73,64	5.836	4.200	72	1.636	28
1980	+44,8	8.451	6.732	80	1.719	20
1991	+18,89	10.048	9.049	90	999	10
2000	+9,74	11.027	10.374	94	653	6
2010	-6,02	10.363	9.514	92	849	8

Fonte: IBGE. Censo Populacional 1940-2010 *apud* NEQA-IF Baiano/CNPq.

Elaboração: Aline dos Santos Lima.

Apesar da perda populacional em Santa Inês, entre 1960-1970, nota-se um aumento significativo da população entre 1970-2000, seguido de novo déficit entre 2000-2010 (Quadro 1). Outro ponto a acrescentar é o aumento contínuo da taxa de urbanização do município no intervalo 1970-2000 com leve queda entre 2000-2010 em decorrência da “perda” de pouco mais de 6% da população.

Para além disso, o levantamento dos dados secundários nos auxilia a compreender que a realidade do Vale do Jiquiriçá e, sobretudo, do município de Santa Inês, não difere de outros entes nacionais, no que tange a manutenção de uma estrutura fundiária concentrada. Os dados da situação agrária em Santa Inês expressam essa relação.

A série histórica para o Índice de Gini neste município (Quadro 3) expõe que houve uma oscilação significativa na concentração da terra variando de “Média a Forte” (1940), “Muito Forte a Absoluta” (1950), “Forte a Muito Forte” (1960-1985) e retomando a “Média a Forte” (1996-2017).



Cabe destacar, a significativa “melhora” no acesso à terra no ano de 1996, ou seja, desde a emancipação política do município esse foi o período de menor concentração.

Quadro 3 – Santa Inês-BA: série histórica do Índice de Gini (1940-2017)

Ano	Índice de Gini
1940	0,661
1950	0,903
1960	0,781
1970	0,838
1975	0,728
1980	0,776
1985	0,823
1996	0,609
2006	0,758
2017	0,774

Fonte: IBGE Censo Agrícola e Agropecuário 1940-2017 *apud* GeografAR (2020).

Elaboração: Valdiane Souza de Argolo.

As informações da Tabela 1 abaixo, indica também que, Santa Inês possui 145 estabelecimentos rurais distribuídos em 7.445 hectares. Considerando que o Vale do Jiquiriçá possui 29.864 estabelecimentos, o município representa somente 0,5% dessas unidades. O contingente mínimo de estabelecimentos, bem como, a concentração da população urbana expõe uma questão que não é somente agrária, mas perpassa por uma questão (problemática) urbana.

Tabela 1 – Santa Inês (BA): estrutura fundiária (2017)

Grupo de área	Estabelecimento (n°)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Produtor sem área	-	-	-	-
Até 2 há	25	26	17,25	0,35
2 a menos de 5 há	26	74	17,93	0,99
5 a menos de 10 há	13	90	8,97	1,21
10 a menos de 20 há	43	610	29,66	8,19
20 a menos de 50 há	10	293	6,90	3,94
50 a menos de 100 há	8	547	5,52	7,35
100 a menos de 200 há	9	1.330	6,51	17,86
200 a menos de 500 há	9	2.751	6,51	36,95
500 a menos de 1000 há	1	750	0,69	10,07
1000 a menos de 2500 ha	1	974	0,69	13,08
2500 a mais	-	-	-	-
TOTAL	145	7.445	100	100

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2017 *apud* GeografAR (2020).



Elaboração: Valdiane Souza de Argolo.

O primeiro ponto para reflexão é que o módulo fiscal do município é 35 hectares⁹ (IBGE; INCRA *apud* GeografAR, 2020). Desse modo, todas as propriedades com tamanho inferior a 35 ha são minifúndios e, portanto, não são capazes de garantir uma vida digna para quem vive no campo. Não é possível quantificar os estabelecimentos que estão abaixo do módulo com precisão, visto que o corte toma como base o grupo de área entre 0 a 20 ha. Considerando estas informações, e de acordo com os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem-se que, aproximadamente, 107 (74%) dos estabelecimentos são minifúndios e a área total ocupada não atinge 800ha (11%). Por outro lado, 2 estabelecimentos (1,38%) dos estabelecimentos que estão na faixa de 500 a 2.500 ha ocupam 1.724ha correspondendo a 23,15% da área agricultável total do município.

Um segundo ponto crucial se refere à Fração Mínima de Parcelamento (FMP) dos imóveis. Para Santa Inês, a FMP é 2 hectares (IBGE; INCRA *apud* GeografAR, 2020). Ao cruzarmos a FMP do município com a estrutura fundiária (Tabela 1) notamos que, aproximadamente, 18% dos estabelecimentos estão abaixo do que pode ser para fins de transmissão a qualquer título. Um segundo ponto crucial se refere à Fração Mínima de Parcelamento (FMP) dos imóveis.

Os dados e reflexões construídas contribuem para ratificar a permanência da questão agrária e, concomitantemente, sobre a necessidade de uma efetiva política de Reforma Agrária que atenda aos interesses da classe trabalhadora. A Reforma Agrária possibilita, ainda que com limitações, um tensionamento sob o domínio das terras por pequena parcela abastada da população brasileira que, como indica Freitas (2018), consolidou relações desiguais de poder sob a forma-conteúdo do latifúndio.

Tudo isto exige a construção de outras formas-conteúdo, como os assentamentos de Reforma Agrária. Nesse bojo, é fundamental apresentar alguns dos pressupostos que sustentam a criação de assentamentos rurais enquanto estratégia de materialização da luta pela Reforma Agrária. As bases de formação dos Projetos de Assentamentos são compreendidos como expressão da contínua luta

⁹ Segundo o INCRA, entende-se por módulo fiscal, a “unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: a) Tipo de exploração predominante no município; b) Renda obtida com a exploração predominante; c) Outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; d) Conceito de propriedade familiar.” Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 01 ago. 2022.



dos distintos grupos sociais para o acesso e a permanência na terra, não obstante a questão histórica de concentração da apropriação das terras no Brasil e seus rebatimentos no território baiano.

Com base em Flávio Luiz dos Santos, é possível afirmar que a discussão sobre a Reforma Agrária no Brasil está se atualizando, através da atuação de outros agentes sociais, que tencionam o Estado a assumir uma nova postura frente à estas questões. Santos afirma ainda como aquilo que se desenvolve no Brasil e que se denomina Reforma Agrária, ainda está muito aquém de uma transformação da estrutura agrária deste país. Porém, a implantação dos projetos de assentamentos, que se deu até o momento, inseriu novos elementos na luta e transformações estruturais no campo brasileiro (Santos, 2023).

Os dados expõem como urge a efetivação da política de Reforma Agrária popular, que atenda às necessidades de acesso e permanência dos sujeitos no campo e, sobretudo, o fortalecimento do campesinato, enquanto classe social que se recria em meio às investidas das relações capitalistas de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento da pesquisa, espera-se fortalecer a relação dialógica entre o IF Baiano e a comunidade do seu entorno, mediada no processo contínuo de compartilhamento de saberes e experiências entre camponeses, professores, estudantes, poder público municipal e organizações sociais. Com isso serão produzidos mapas, banner, cartilha e artigos que serão socializados com a comunidade interna e externa do IF Baiano Santa Inês, especialmente com/nas escolas de educação básica.

Com base nas informações levantadas a priori, é possível inferir que a configuração atual do município de Santa Inês, em sua forma majoritariamente urbana, está vinculada, sobretudo, ao desmembramento pelo qual atravessou.

Tudo isto, expõe os fatores que motivaram a realidade do campo no município e tenciona a necessidade de compreensão sobre o modo como os sujeitos resistem e se reproduzem no campo, visando sanar lacunas científicas desta realidade frente aos dilemas da Questão Agrária.

Em contrapartida, compreendemos que o campesinato, expresso em uma multiplicidade de sujeitos desenvolve uma produção diversificada, em parcelas mínimas de terras (grande parte delas são minifúndios), dentro de condições inadequadas (acessam políticas de créditos limitadas e



altamente burocráticas), assim como, precisam vender sua força de trabalho para o capital, como forma de se manter e reproduzir seu modo de vida dentro do território camponês.

A pesquisa participativa que se propõe desenvolver, tende a envolver os sujeitos em todas as etapas experienciadas, contribuindo para o fortalecimento da autonomia e capacidade organizativa dos assentados. Para mais, conduzirá também a outras intervenções por meio de projetos-ações, no tocante ao modo de vida da comunidade. Esta tende a se constituir, sobretudo, como instrumento para fomentar a elaboração de políticas públicas, direcionadas pelos órgãos governamentais, que poderão atuar frente às necessidades identificadas no seio da comunidade assentada.

Palavras-chave: Campesinato, Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, Questão Agrária, Santa Inês-BA.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciene Santos de. **O Vale do Jiquiriçá no contexto espacial do circuito produtivo do cacau**. Salvador-BA: UFBA, 2008. (Mestrado Geografia).

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.

CODETER. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Vale do Jiquiriçá**. Amargosa-BA: UFRB/CNPq/MDA, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidades, Reforma Agrária e desenvolvimento. In: **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-10, 2014.

FREITAS, Higryd Inácio de. **Assentamentos rurais em terras Sul baianas: sujeitos em luta, territórios em disputa**. Tese de Doutorado em Geografia da Universidade Federal do Ceará, Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental, Fortaleza, 2018.

GEOGRAFAR. Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Banco de Dados: Formas de acesso à terra**. Salvador, 2020. Disponível em: www.geografar.ufba.br. Acesso em: 28 jul. 2024.

GERMANI, Guiomar Inez. A questão agrária na Bahia: permanências e mudanças. In: MENDONÇA, Franciso de Assis; LOWEN-SHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (Orgs). **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p.348-370.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

_____. **Assentamentos de Reforma Agrária: Produção de novos espaços de vida e de conflitos.** In: 50º CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS (Fórum Social Mundial: Como é possível um outro mundo?). Varsóvia: Vozes, 2001.

_____. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, Salvador, 2006. v. 2. n. 2. p. 115-148.

_____. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, p. 269-304.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. v. 21, Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

LIMA, *et.al.*. Produção de alimentos em assentamentos de reforma agrária no Vale do Jiquiriçá, Bahia. In: SILVA; Carla Craice da. *et. al.* (Orgs). **Terra, territórios e territorialidades** [recurso eletrônico]. Salvador-BA: Arauá Edições, 2023. (Coleção Mundo Rural Contemporâneo na Bahia. Volume 4: Terra, territórios e territorialidades). p. 335-359.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária. In: **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro: BGT, 1980, p. 31-47.

MEGALE, Januário Francisco. Geografia Agrária: objeto e método. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 6, n. 11 Fev., p. 6–20, 2011. QUAINI, Massimo. Materialismo histórico e Geografia. In: **Marxismo e geografia**. FAGUNDES, Liliana Lagana (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 3 ed.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 15, n. 43, 2001, p. 185-206. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831>. Acesso em 10 de junho de 2022.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

QUAINI, Massimo. Materialismo histórico e Geografia. In: **Marxismo e geografia**. FAGUNDES, Liliana Lagana (trad.). 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **Caminhada e esperança da Reforma Agrária: a questão da terra na Constituinte**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SANTOS, Flávio Luis Assiz dos. **A produção do espaço em áreas de Reforma Agrária: Uma análise do Projeto de Assentamento Almas – Itaguaçu da Bahia/BA (1987-2003)**. Salvador-BA: UFBA, 2023. (Mestrado Geografia).

SANTOS, Ronaldo Pereira; FEITOSA, Savio Silveira; FREDDO, André. Desapropriações para fins de Reforma Agrária: um olhar nos últimos 25 anos. **Revista Campo-Território**, [S. l.], v. 17, n. 46



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Ago., p. 82–106, 2022. DOI: 10.14393/RCT174604. Disponível em:
<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/64979>. Acesso em 19 jul. 2022.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. In: Agricultura familiar na Bahia
(Participação da agricultura familiar na Bahia e nos territórios de identidade). Salvador, 2021.

SEPLAN. **Secretaria do Planejamento da Bahia**. Disponível em:
<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em 03 jul.
2021.

STEDILE, João Pedro. Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli Salete et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 659-668.